

## VAMOS AOS CANDIDATOS

**\* Roberto Rodrigues**

Os principais candidatos à Presidência da República estão definidos. Faltam alguns lances oficiais, mas já se sabe quem vai para a disputa, inclusive no segundo turno, se houver. Também nos estados o quadro sucessório vai clareando e os eleitores conhecendo algumas idéias dos candidatos.

Algumas! Mas não se sabe o que pensam muitos deles sobre o agronegócio. No caso dos presidenciáveis, será que eles sabem do que se trata?

As principais entidades de classe de representação dos agricultores, pecuaristas e do agronegócio em geral estão se movimentando para apresentar-lhes uma plataforma de ação.

A missão tem 3 complicadores: o primeiro é mesmo “esclarecer” os candidatos o que é o setor, o que representa para o país, e o que pode vir a representar.

O segundo é convencê-los da importância de apoiar as ações sugeridas, assumindo compromisso com elas.

E o terceiro, e mais difícil, é harmonizar as propostas a serem levadas aos candidatos.

Com as enormes disparidades encontradas no cenário rural brasileiro – fundiárias, tecnológicas, étnicas, culturais, edafoclimáticas, etc. – não é fácil armar um projeto enxuto de apoio ao agronegócio.

Se não for enxuto, perde o foco. Quem tiver 20 prioridades, não tem nenhuma. Talvez o ideal fosse ter um plano central com cerca de 5 prioridades explicitadas em um sumário curto que seria acompanhado do detalhamento disto em documento mais completo. O candidato tem que entender tudo no sumário; sua assessoria debaterá o documento apresentado.

Esta é a hora de discutir isso tudo. No nível nacional um único papel deve ser submetido aos presidenciáveis.

O perigo é cada entidade, movida por seu legítimo orgulho e sua noção de representatividade, querer apresentar seu projeto. Mas se cada instituição tiver 5 prioridades, corremos o risco de elencar, mais de 20 ou 30 pontos capitais. Isto faria a delícia do candidato e, depois, do governante eleito: nada mais fácil do que dizer que o setor não sabe o que quer diante da multiplicação dos objetivos.

Portanto, o grande desafio deste momento é a articulação das entidades nacionais em busca de um projeto uniforme e coletivo.

Com certeza a primeira prioridade é uma política de renda para o produtor rural, como as que existem para nossos concorrentes, sobretudo dos países ricos. Aí entram os mais diversos sub-itens, como taxa de câmbio, reforma do sistema de crédito rural, tributação, o efetivo funcionamento do seguro rural, os contratos, o uso mais comum dos instrumentos de comércio, etc. Só isso já é um belo programa de governo.

A segunda é a infraestrutura e logística. Todo mundo sabe que perdemos competitividade com este assunto, que vai desde armazenagem à nível da

fazenda até a questão portuária, passando por rodovia, ferrovia, hidrovía, energia, comunicação, entre outras.

A terceira é a política de comércio, sobretudo na área de exportações. Temos que copiar o exemplo de outros países, como o México e o Chile, que fizeram acordos bilaterais com países selecionados, abrindo novos e promissores mercados. Sem a solução de Doha, isto é prioridade. Já temos, finalmente, 8 adidos agrícolas, que podem ajudar num programa forte de promoção comercial. E, para ter sucesso na agregação de valor, acordos privados com distribuidores lá fora são fundamentais.

A quarta é tecnologia: sem investimentos crescentes nessa área, acabaremos ficando para trás. O Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, liderado pela EMBRAPA, demanda mais recursos financeiros e humanos, um modelo semelhante ao das verbas das universidades públicas paulistas, com percentual fixo sobre a arrecadação do ICMS.

E a última prioridade, a mais complexa, está ligada à institucionalidade. Para que quatro ministérios cuidando do campo? E onde está uma estratégia consensada dentro do governo, essencial para empurrar o setor para o futuro brilhante que o espera? As recorrentes discussões sobre Código Florestal e Código Ambiental, legislação trabalhista, questão fundiária, entre outras, precisam ser enfrentadas pelos candidatos.

Claro que tudo isto deve ser precedido por um conjunto de metas claramente definidas. O que queremos ser? Quanto produzir? Quanto exportar? Em que regiões?

Com metas estabelecidas, com um projeto nacional negociado por todas as entidades, teremos uma boa chance de convencer os candidatos a se comprometerem com o agronegócio brasileiro. Aí é cobrar dos eleitos.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**